

DESAFIOS DE ANO-NOVO

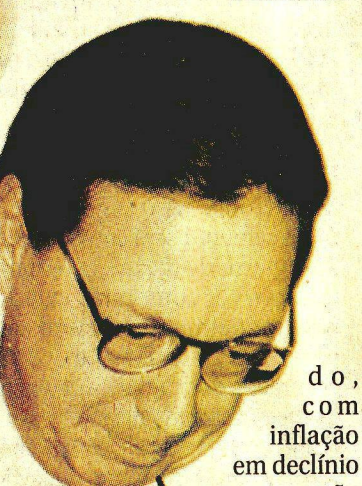
Crescimento em 2001 depende do aumento das exportações e da austeridade fiscal

Os nós

que o Brasil precisa desatar

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — O Fundo Monetário Internacional (FMI) acaba de divulgar uma análise sensata sobre a economia brasileira: a situação está melho-



ra, com inflação em declínio e recuperação do crescimento. Contudo, o país permanece vulnerável, pois depende de elevados financiamentos externos para fechar as contas públicas. Por isso, os analistas dizem que o país poderá enfrentar dificuldades em 2001 para consolidar o processo de retomada do crescimento iniciado em 2000. O presidente do Banco Central, Arminio Fraga, estima que o Brasil crescerá 4,5% no próximo ano.

Mas problemas externos e internos podem comprometer a previsão do Banco Central. Nesse momento, nada preocupa mais do que a possibilidade de uma queda violenta do nível da atividade norte-americana. Segundo Marcelo Carvalho, economista-chefe do banco JP Morgan, há 40% de chances de a economia dos Estados Unidos sofrer um baque e interromper bruscamente o maior ciclo de crescimento da sua história. Os sinais de que os motores da potência econômica estão perdendo a força já começam a aparecer. "A taxa de crescimento, que atingirá 5,1% neste ano, cairá para 2,5% em 2001", prevê Carvalho.

Segundo ele, se o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano ficar abaixo de 2% em 2001 e a taxa de desemprego aumentar meio ponto percentual em seis meses, as consequências desse pouso forçado serão desastrosas, sobretudo para países em desenvolvimento como o Brasil. "Com uma forte redução do crescimento dos Estados Unidos poderá ocorrer uma queda drástica do fluxo de empréstimos em todo o planeta", pondera o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto.

Em meio a turbulências financeiras globais, como as ocorridas em novembro de 1997, logo depois da crise asiática, bancos e investidores internacionais preferem aplicar seus recursos em países ricos. Isso porque cresce o risco de calote nos mercados emergentes. "O pouso forçado da economia norte-ame-

ricana estancará o fluxo de capitais externos para o Brasil", avisa Delfim. "Isso é ruim, pois o país tem um déficit externo muito elevado." Em 2001, o Brasil precisará de US\$ 58,2 bilhões para honrar compromissos internacionais como o financiamento das importações, o pagamento de parte da dívida externa e a quitação de despesas com fretes e royalties.

Além disso, uma recessão nos Estados Unidos comprometerá o desempenho das exportações brasileiras. "Os Estados Unidos foram responsáveis por um terço do crescimento do mundo em 2000", afirma Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os norte-americanos, donos de um Produto Interno Bruto de US\$ 9 trilhões, quase 18 vezes superior ao do Brasil, movimentam 20% de todo o comércio internacional. "Uma menor expansão dos Estados Unidos diminuiria as compras externas. Cerca de 20% das exportações brasileiras vão para aquele país", lembra Belluzzo.

A queda no ritmo de crescimento norte-americano também reduzirá a expansão europeia e asiática, diminuindo as vendas de produtos brasileiros para aqueles mercados. "Num mundo em contração, caem a demanda e os preços de produtos com cotações internacionais, como café, açúcar e soja", ressalta Belluzzo. Com a queda das vendas externas, cai a produção industrial. O ritmo de crescimento diminui e o desemprego aumenta.

Problemas mais graves nos Estados Unidos também podem obrigar o Banco Central a aumentar os juros para estimular os investidores a aplicarem recursos no Brasil. Com isso, o crédito fica mais caro e há uma queda no consumo, o que também contribui para a queda da produção industrial e gera mais desemprego.

Mas, se em 2001 ocorrer o pouso suave dos Estados Unidos, três quartos dos problemas externos que o Brasil poderá enfrentar no próximo ano estarão resolvidos, estima Odair Abate, economista-chefe do banco Lloyds TSB. Contudo, a atual crise na Argentina não pode ser esquecida. A situação é muito grave, mesmo depois do anúncio do empréstimo de US\$ 39,7 bilhões, coordenado pelo FMI.

Na avaliação do economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e sócio do banco BBA Creditanstalt, o socorro do FMI dará fôlego para a Argentina recuperar a credibilidade junto à comunidade financeira internacional. "Há boas notícias para o país vizinho: a economia brasileira está se recuperando, o euro vem se fortalecendo em relação ao dólar e há boas chances da economia norte-americana realisar o pouso suave", analisa o dirigente do BBA.

Apesar do otimismo, Bacha pondera que não será fácil

RECESSÃO NOS ESTADOS UNIDOS E AGRAVAMENTO DA CRISE NA ARGENTINA PODEM REDUZIR O FLUXO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL. CASO ISSO OCORRA, FALTARÁ DINHEIRO PARA O PAÍS HONRAR COMPROMISSOS EXTERNOS

para a Argentina recuperar o crescimento no curto prazo. "É preciso uma expansão de pelo menos 2% em 2001", comenta um executivo de um dos principais bancos norte-americanos credores do vizinho do Cone Sul. "Do contrário, o país mostrará que não é viável e surgirão incontroláveis especulações sobre a decretação de um calote das dívidas interna e externa."

Até especialistas argentinos, como Miguel Broda, admitem que é provável o agravamento da crise, caso o país não consiga retomar a rota do crescimento em 2001. Broda prevê uma expansão de 1,5% no PIB argentino em 2001. "Se até julho o nível de atividade não der sinais claros de recuperação, o governo deverá negociar com os credores a reestruturação dos seus débitos por um prazo de dois ou três anos", afirma Broda.

Nas mesas de operações de grandes bancos em Buenos Aires, São Paulo e Nova York, contudo, a situação da Argentina é vista como irreversível. O pacote de US\$ 39,7 bilhões é útil, mas apenas ajuda a refinanciar os compromissos de US\$ 27 bilhões que vencem em 2001.

O pacote internacional, no entanto, está sendo interpretado como mais uma operação que não vai auxiliar o país a adotar uma mudança estrutural: ganhar competitividade ou reduzir despesas de produção. Ao equiparar o peso ao dólar em 1991 para fugir da hiperinflação, a Argentina adotou um padrão de custos bem superior aos níveis de receitas de uma nação em desenvolvimento. O país até vai bem quando há o forte ingresso de dólares vindos de fora. Como os recursos externos mingua-

ram nos últimos dois anos, a economia ficou emperrada, mergulhando numa longa recessão. Os problemas sociais são gravíssimos, como o desemprego, na faixa de 15%.

Como o mundo estará crescendo menos no próximo ano, lembra um tesoureiro de um dos maiores bancos brasileiros, aumentarão as pressões cambiais sobre a Argentina. Para esse executivo, o mercado financeiro sabe que o país precisará em breve atacar a enfermidade econômica provocada pelo câmbio artificialmente equiparado ao dólar. Há o constrangimento de que perto de 80% da dívida pública e 75% dos débitos privados estão atrelados à oscilação da moeda norte-americana. Ou seja, uma desvalorização elevaria proporcionalmente esses passivos, o que poderia quebrar muitas empresas e agravar o desemprego. "Ou ocorrerá a desvalorização do peso ou será declarada moratória unilateral", comenta. "A reestruturação das dívidas pode ser a saída menos traumática."

ANALISTAS DIZEM QUE O GOVERNO PRECISA REDUZIR A DÍVIDA PÚBLICA QUE HOJE REPRESENTA QUASE METADE DO PIB. PARA ISSO, É NECESSÁRIO CORTAR AINDA MAIS OS GASTOS PÚBLICOS, UMA TAREFA QUASE IMPOSSÍVEL NUM ANO EM QUE COMEÇARÁ A CORRIDA PELA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O Brasil também tem as suas vulnerabilidades. Segundo Edmar Bacha, o valor da dívida pública não cede e se mantém entre 49% e 50% do PIB. A redução dessa conta para níveis mais confortáveis, como 47% do PIB, só será possível com a obtenção de um superávit primário (receitas menores que as despesas, sem contar gastos com juros) superior aos R\$ 36,7 bilhões registrados nesse ano. Uma tarefa que, segundo Bacha, é quase impossível porque o governo não terá condições políticas cortar mais recursos do orçamento ou de aumentar impostos.

Embora a equipe comandada pelo ministro da Fazenda Pedro Malan esteja comprometida com a austeridade fiscal, há suspeitas de que o governo acabe relaxando e aumente os gastos, sem ter a contrapartida da receita. Para Rodrigo Azevedo, economista-chefe do banco CSFB Garantia, os temores passam basicamente por pressões políticas defensoras dos aumentos de gastos públicos. "Se a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso no próximo ano não estiver bem, aumentarão as pressões para a União liberar mais dinheiro para diversos setores", diz Azevedo. "Os ruídos políticos também podem surgir com a perspectiva de



disputa acirrada pela sucessão presidencial em 2002."

Azevedo também teme o avanço do intervencionismo do Estado sobre a economia para atender os empresários que pedem mais proteção à indústria nacional. "O aumento de barreiras aduaneiras e tarifas de importação podem ir contra a necessidade do país de aumentar a eficiência para competir no mundo globalizado."

Outro nó que o governo precisará desatar em 2001 são as privatizações, com destaque para o setor de energia elétrica, bancos estaduais e companhias de saneamento e esgoto. Segundo o CSFB Garantia, o país poderá arrecadar R\$ 14,5 bilhões com a venda de empresas públicas nessas áreas. "Há dúvidas se a União irá vender Furnas". Pelas contas do Garantia, a estatal responde por R\$ 4,5 bilhões dos R\$ 7,1 bilhões previstos com o leilão de ativos estatais do setor energético.

Há outros focos de problemas que o país precisará combater para crescer. Um deles é a balança comercial, que este ano deverá apresentar um déficit de US\$ 700 milhões, segundo Odair Abate, do Lloyds TSB. Com a recuperação da economia, as indústrias estão comprando mais componentes e peças vindas do exterior. Ao vender um avião para outro país por US\$ 15 milhões, a Embraer, a maior exportadora brasileira, gasta a metade na compra de componentes de fornecedores estrangeiros. "A recuperação das vendas para outros países é vital para o equilíbrio das contas externas", comenta Abate. "Contudo, os resultados do comércio exterior levam alguns anos para surgir, pois dependem da conquista de mercados disputados por diversas companhias internacionais."

O combate ao desemprego, segundo os analistas, só será bem-sucedido com a reforma tributária. A mudança no sistema de cobrança de impostos acabará com a guerra fiscal entre os estados. Mas o governo não tem se empenhado na aprovação da reforma tributária. "A União está sentada sobre R\$ 50 bilhões arrecadados com contribuições, que não precisam ser divididas com estados e municípios", comenta Delfim Netto. "Como o governo não quer perder esse volume de receitas, não vai mexer nessa área em hipótese alguma."

LEIA MAIS NA PÁGINA 16

